

# Etnoclimatologia: Mapeando as Memórias Climáticas a Partir da Ciência Cidadã nas Comunidades Tradicionais da Costa Amazônica Paraense

## Pôster

Esley L. de Sousa<sup>1,2,6</sup>, Indira A. L. Eyzaguirre<sup>1,2,3,4,6</sup>, Allan Yu Iwama<sup>2,5,6</sup>, Diego M. dos Santos<sup>1,2,6</sup>, Nicolas F. F. de Sousa<sup>1,2,6</sup>, Enzo de J. Ferreira<sup>1,2,6</sup>, Yago de J. Martins<sup>2,6</sup> e Marcus E. B. Fernandes<sup>1,2,3,6</sup>

**Palavras-chave:** ciência cidadã, mudanças climáticas, manguezal, etnoclimatologia, percepção social

As comunidades estuarino-costeiras que fazem parte dos maretórios dependem dos recursos naturais do manguezal, pois praticam a pesca artesanal, atividade que é influenciada pelas mudanças climáticas. Para melhor entender essa influência, torna-se cada vez mais importante o mapeamento das memórias climáticas para identificar as demandas comunitárias sobre a adaptação climática. Assim, o presente estudo teve como objetivo principal conhecer as percepções sociais sobre as mudanças climáticas das comunidades estuarino-costeiras, através do seu conhecimento ecológico local (CEL), utilizando abordagens praticadas na ciência cidadã. O presente estudo foi realizado nas comunidades Araí e Vila do Bonifácio, localizadas nas Reservas Extrativistas Marinhas (RESEX Mar) de Araí-Peroba e de Caeté-Taperaçu no nordeste paraense. O questionário foi aplicado com o uso do aplicativo ArcGIS Survey 123, o qual é baseado em um protocolo padronizado de observação local, utilizando ferramentas do Sistema de Informação Geográfica Participativo (SIGp). Foi possível realizar o mapeamento das percepções climáticas, conhecido também como etnoclimatologia, com 190 observações sobre os impactos nos maretórios investigados. A ciência cidadã foi uma estratégia para identificar as necessidades e demandas climáticas das comunidades e para mobilizar as comunidades estuarino-costeiras, permitindo que elas assumissem um papel de protagonismo na cogeração de dados e construção de propostas para soluções adequadas ao contexto local.

<sup>1</sup> Universidade Federal do Pará (UFPA), esleysousa019@gmail.com; indira.eyza@gmail.com; diegomirandam882@gmail.com; nicolasfelipee18@gmail.com; enzogeoferreira@gmail.com

<sup>2</sup> Observatório do Manguê e seus Maretórios, esleysousa019@gmail.com; indira.eyza@gmail.com; allan.iwama@gmail.com; diegomirandam882@gmail.com; nicolasfelipee18@gmail.com; enzogeoferreira@gmail.com; yagodejmartins@gmail.com

<sup>3</sup> Instituto Sarambuí, indira.eyza@gmail.com

<sup>4</sup> Resiliencia Inovadora, indira.eyza@gmail.com

<sup>5</sup> Universidade de São Paulo (USP), allan.iwama@gmail.com

<sup>6</sup> Rede Marangatu, esleysousa019@gmail.com; indira.eyza@gmail.com; allan.iwama@gmail.com; diegomirandam882@gmail.com; nicolasfelipee18@gmail.com; enzogeoferreira@gmail.com; yagodejmartins@gmail.com

**Aspectos éticos:** O Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) através do Sistema de Autorização e Informação em Biodiversidade (SISBio) autorizou o projeto Monitoramento climático tradicional: Estratégias de justiça climática nas comunidades estuarino-costeira (Processo nº 84401). Os estudos foram conduzidos de acordo com a legislação e exigências institucionais. O consentimento informado por escrito para participação no presente estudo foi fornecido pelos responsáveis legais/parentes mais próximos aos participantes.

**Agradecimentos:** Agradecemos aos pesquisadores comunitários pela contribuição para a realização desse estudo, pelo apoio logístico ao projeto Ciência cidadã e comunidades tradicionais do litoral na adaptação às mudanças climáticas: construindo uma rede brasileira de observação Financiamento de British Council (Processo nº 715066064-RIAP 3/2021). Agradecemos o apoio do Instituto Ayni na Conservação Ambiental e Desenvolvimento Social. Agradecemos também pela bolsa à Associação Sarambuí e ao Laboratório de Ecologia de Manguezal (LAMA)/UFPA que realizaram o projeto “Monitoramento climático tradicional: Propondo estratégias de justiça climática nas comunidades estuarino-costeiras” (Processo nº GGFR 147/2022) com apoio do Fundo Socioambiental Casa.